



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940600597	Distribuição: 22/04/2019
Número Único: 0020760-33.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: ROBSON VINHAS
Endereço: RUA A7
Complemento: EM FRENTE AO CONJ. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Bairro: SANTA MARIA
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49043400
Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

22/04/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600597, referente ao protocolo nº 20190422184606030, do dia 22/04/2019, às 18h46min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO DE ARACAJU/SE.**

ROBSON VINHAS, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do RG nº 1.338.407 SSP/SE, CPF nº 001.806.945-29, residente e domiciliado na Rua A Sete, nº 195, Casa A, Bairro Santa Maria, CEP nº 49.010-130, Aracaju/SE, vem através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Rua Urquiza Leal, nº 88, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
(ARTIGO 319, INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente transitava com sua motocicleta Honda NXR 150 BROS, placa QKP-1889, na Avenida Alexandre Alcino, bairro Santa Maria, em 27/05/2016, quando um automóvel Toyota Corola o atropelou e ele teve que ser encaminhado ao Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE, consoante o B.O. aqui colacionado.

03. Em virtude do acidente sofrido, o Requerente deu entrada no HUSE, apresentando fratura do pé esquerdo, sendo submetido a redução cirúrgica, conforme prontuário médico em anexo.

04. O autor, buscando se recuperar ao máximo dos danos sofridos no acidente de trânsito narrado, fez tratamento com o Dr. Masayuki Ishi, CRM 1276, que emitiu relatório médico datado de 17/11/2016, em anexo. Além de descrever a trajetória do paciente desde o acidente, o relatório nos informa que apesar de o Requerente ter passado por tratamentos, o acidente lhe deixou com sequelas definitivas, tais como: **edema residual no pé e no tornozelo esquerdo; limitação dos movimentos do tornozelo e antepé; deformidade em varismo ou adução do antepé esquerdo; incapacidade para correr.** Tais danos causaram a **perda funcional de 50% do pé esquerdo.**

05. Apesar de o Requerente ter juntado toda a documentação comprovando a perda total e permanente de 50% do seu pé esquerdo, a Requerida cancelou o seu pedido de indenização, conforme se vê no documento aqui colacionado.

06. Em virtude do cancelamento de seu pedido de indenização, não restou ao autor outro meio que não fosse valer-se do Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

07. O seguro DPVAT - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, para fazer a solicitação do seguro basta apenas, comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
Grifamos

08. O seguro DPVAT, também estabelece no art. 3º, alínea II, quais são os danos cobertos por ele, que vão de morte a invalidez permanente e/ou parcial, ao reembolso com despesas médicas.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”
(Grifos nossos)

09. Já o artigo 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcrito), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(grifos nosso)

10. Como podemos visualizar, o Requerente está coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino. Ciente disso, o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter a indenização, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos. Porém, a Requerida cancelou o pedido de pagamento da indenização a que faria *jus* o Requerente.

11. Em virtude do cancelamento indevido do seu pedido de pagamento do seguro pela Requerida, através da esfera administrativa, vem o Requerente perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento de indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, no valor de R\$3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado, sendo que a lesão do requerente foi classificada como **perda funcional de 50% do pé esquerdo**, (cinquenta por cento). Vejamos abaixo a tabela:

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um	

membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

III - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUNDO A RESOLUÇÃO CNSP Nº 14/95

12. A resolução CNPS nº 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as seguradoras que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro.

13. Tal resolução trás a seguinte redação em seu artigo 10,
II:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Grifamos

14. Como vemos a resolução prevê o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização em 15 dias após a apresentação da documentação legal, esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”

15. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, mesmo assim, teve o seu pedido de indenização negado, diante disso, precisou procurar o poder judiciário.

16. Os documentos juntados aos autos são os mesmos juntados pelo Autor quando procurou a esfera administrativa sendo estes suficientes para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele, no entanto, o seu pedido de indenização foi negado, mesmo bastando apenas comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74

IV O DANO MORAL

17. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, teve negado o seu pedido de indenização, em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o Requerente tenha preenchido os requisitos para ter acesso a indenização, a Requerida negou o seu pedido de pagamento.

18. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o novo Código Civil nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

19. O Requerente, em virtude da negativa de seu pedido ficou muito frustrado, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as seqüelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, ainda assim, teve negado seu direito, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento, essa negativa deixou o Requerente abalado, com a sensação que as leis no país não são cumpridas e se sentiu abandonado, sentimento que repercutiu no seu íntimo.

20. Além do que, a indenização daria melhores condições e ele e sua família, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, (já citado acima) determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias após a apresentação da documentação legal, esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mas, não tirou o caráter de urgência do pagamento da indenização, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação.

21. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse

usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente nos nossos tribunais para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO.

Grifamos

22. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

23. Frise-se que, valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil;

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude das sequelas oriundas do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) respeitando os valores fixados e estabelecidos na tabela anexada ao art. 3º da Lei no 6.194/74 e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente em receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 dias, ou 30 dias seguindo o prazo estipulado na pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida no pagamento ao Requerente de indenização por danos morais a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ);

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC;

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

A requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é R\$19.375,00 (dezenove mil trezentos e setenta e cinco reais)

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Aracaju, 22 de abril de 2019.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: ROBSON VINHAS, RG- 1.338.407, SSP-SE, CPF-001.806.945-29, brasileiro, Capaz, Vigilante, residente e domiciliado á rua A sete, nº 195, Santa Maria, Aracaju - SE, CEP-49010-130.

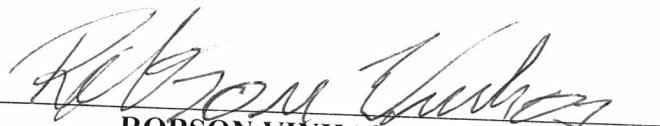
Outorgado (a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10. 289 com endereço na Rua Urquiza Leal, nº 88, bairro Grageru, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face a **Seguradora Líder**, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante, especialmente relativas a requerimento e/ou complemento de pagamento Seguro DPVAT, em virtude do acidente de automobilístico.

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju 02 MARÇO 20 17


ROBSON VINHAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"



POLEGAR DIREITO



Robson Eulhioz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.338.407

2.VIA

DATA DE
EXPEDIÇÃO

24/10/2013

NOME

ROBSON VINHAS

FILIAÇÃO

MARIA LUIZA VINHAS GAMA

NATURALIDADE

SALVADOR-BA

DATA DE NASCIMENTO

10/02/1980

DOC ORIGEM

CT. NASCIM. NR 107761 LV 145/A FL 262V

CPF

CART. SUBDIST. MARES. COM. SALVADOR/BA

001.806.945-29

PIS / PASEP

PIS

12650532760

ASSINATURA DO DIRETOR

ADA SILVA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ROBSON VINHAS
RUA AURETE, 195 / C. ARAUÁ - SANTA MARIA
ARACAJU/SE CEP: 4900000 (AG: 1)

Consumidor RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MUNDIFARAL
Fórmula: 1 - 130 - 3650 Potência: 11kW / 2015
1ª leitura: 45021819015 Emissão: 05/11/2015

energisa
Energia de Qualidade e Distribuição
R. Antônio Manoel de Almeida, 11 - Centro
Aracaju/SE CEP: 49000-000
CNPJ: 07.400.000-00 Insc. Est.: 13.107.054
Total em Arrecadação Energética: R\$ 15,36
Código para Débito Automático: 0000975780

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

RESERVADO AO FISCO

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 3/975780-8

Nov / 2015

Canal de contato

Apresentação

05/11/2015

Data prevista da próxima leitura

03/12/2015

CPF/ CNPJ/ RANI

180694529

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 31/10/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Histórico de Consumo
(kWh)

Mês	Consumo (kWh)
Out/15	0
Set/15	0
Ago/15	0
Jul/15	0
Jun/15	30
Mai/15	30
Abr/15	0
Mar/15	0
Fev/15	8
Jan/15	19
Dez/14	4
Nov/14	17

Média dos últimos meses:
9,13 kWh

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 05/10/15 Leitura: 907	Data: 05/11/15 Leitura: 907		0	31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Custo de Disponibilidade	30	0,40935	12,28
Adic. B Vermelha			1,08
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			0,00
COFINS			0,22
JUROS DE MORA 09/2015			0,22
JUROS DE MORA 10/2015			0,11
MULTA 09/2015			0,55
MULTA 10/2015			0,55
ICMS (ISENTO)			0,00

VENCIMENTO

12/11/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 15,36

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
Q10 MENSAL	5,20	0,00
Q10 TRIMESTRAL	10,40	
Q10 ANUAL	20,80	
Q10 MENSAL	2,40	0,00
Q10 TRIMESTRAL	6,70	
Q10 ANUAL	12,50	
Q10 MENSAL	2,94	0,00
Q10 ANUAL	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)
Serviços de Dist. da Energia	4,86
Compra de Energia	7,03
Serviço de Transmissão	0,37
Encargos Setoriais	1,57
Impostos Diretos e Encargos	1,66
Outros Serviços	0,07
Total	16,56

Valor do encargo do Uso da Rede de Distribuição
(Ref. 6/2015) R\$ 16,53

Extrato de Pagamentos

Detalhamento de Crédito

Número do Benefício:

614.749.407-8

Nome do Segurado

ROBSON VINHAS

Competência:

08/2016

Período a que se refere o crédito

01/08/2016 a 26/08/2016

Pagamento através de:

CARTÃO MAGNETICO

Espécie:

31 AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO

Banco:

CAIXA

Agência bancária:

LOTERIA ATALAIA

Código da agência:

518347

Endereço do banco

RUA LUIZ CHAGAS, 08

Disponível para recebimento de

02/09/2016 a 31/10/2016

C R É D I T O S	
Descrição das Rubricas	Valor
Mens. reajustada	762,66
13 salario	220,00
D É B I T O S	

Valor Bruto	Valor dos Descontos	Valor Líquido
982,66	0,00	982,66

Este extrato vale para simples conferência

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - SE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 012142884964

VIA 2 Cód. RENAVAM 0102/330971 R.N.T.R.C. 000000000000 EXERCÍCIO 2013

NOME
RODRON VINHAS

CPF / CNPJ 001.896.945-29 PLACA QIK-1889

PLACA ANT. / UF QIK-1889 / SE CHASSI 9C2100550L1400097

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL ALCOOL/95

MARCA / MODELO HONDA/NXR150 BRUS ES ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2014

CAP. / POT. / CIL 210CV / 1450CC CATEGORIA PARTIL COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS 1ª *****

FAIXA / PVA PARCELAMENTO / COTAS 2ª *****

PREMIO TARIFARIO (R\$) 100 (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO OBRIGATORIO

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE COTA OBRIGATORIO
SEM RESTRIÇÃO
NÃO VALIDE REFERENCIA

HONDA CHEMINHO DO SUCESSO 18/09/2014
LOGO SINAL DA MOTOCICLETA DATA
DIRETOR PRESIDENTE

DETTRAN

CONTRAN



DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE: (79) 3198-1120

Boletim de Ocorrência 2016/06515.0-001272 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Endereço: RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE: (79) 3198-1120

FATO

Natureza: LEI 9.503/97 - LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DO VEÍCULO

Data e Hora do Fato: 27/05/2016 - 16:00 até 27/05/2016 - 16:30

Endereço: SEN. JULIO CESAR LEITE Número: Complemento: CEP: 49000-000

Bairro: SANTA MARIA Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

NOTICIANTE

Nome: GEOVANA XAVIER DE SA

Nome do pai: FRANCISCO MESSIAS DE SA Nome da mãe: MARIZETE ALVES XAVIER

Pessoa: Física CPF/CGC: 039.183.885-73 RG: 14937875 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: GARARU Data de nascimento: 06/07/1979 Sexo: Feminino Cor da pele: Branca

Profissão: SERVIÇOS GERAIS Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Completo

Endereço: Rua B26 Número: Complemento:

CEP: 49.000-000 Bairro: SANTA MARIA Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone: 9-9600-2297

VÍTIMA

Nome: ROBSON VINHAS

Nome do pai: Nome da mãe: MARIA LUIZA VINHAS GAMA

Pessoa: CPF/CGC: RG: 13384074 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: SALVADOR Data de nascimento: 10/02/1980 Sexo: Masculino Cor da pele: Parda

Profissão: vigilante Estado civil: Convivente Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: Rua A-7 Número: 195 Complemento: Loteamento Santa Maria

CEP: 49.000-000 Bairro: SANTA MARIA Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone: 9-9941-7185

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML Guia de Exame

Descrição: EXAME DE CORPO DE DELITO-ENC. À DEDT - ROBSON VINHAS

HISTÓRICO

RELATA A NOTICIANTE QUE SEU COMPANHEIRO, ROBSON VINHAS, ESTAVA PILOTANDO A SUA MOTO HONDA QKP-1889.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO, PELO LOCAL INDICADO, QUANDO O VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO ATROPELOU-O E TEVE QUE SER HOSPITALIZADO NO HUSE, ONDE ESTÁ SENDO TRATADO. PEDE PROVIDÊNCIAS.

Acréscitado por Anuzia Lima de Jesus Santos - 10/06/2016 às 12:14

QUE O NOTICIANTE/VÍTIMA É SOLTEIRO; QUE A MOTOCICLETA CONDUZIDA PELA VÍTIMA É DE MARCA HONDA/NXR 150 BROS, DE COR PRETA, PLACA QKP 1889, CHASSI 9C2KD0550E#400097, LICENCIADA EM NOME DO NOTICIANTE; QUE O VEÍCULO CAUSADOR DA COLISÃO É DE MARCA TOYOTA/COROLA, DE COR BRANCA, PLACA QNC 3567, CONDUZIDO PELO SR. CLÁUDIO BATISTA DA FRAGA, RESIDENTE NA TRAVESSA Q-1, Nº 119, BAIRRO SÃO CONRADO, R.G Nº 2.031.484-1/SE. QUE O LOCAL DO ACIDENTE FOI AVENIDA ALEXANDRE ALCANTARA.


Data e hora da comunicação: 27/05/2016 às 19:40

Responsável pela Alteração: Anuzia Lima de Jesus Santos

Última Alteração: 10/06/2016 às

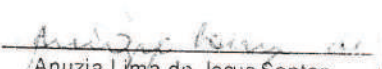
12:14

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilidade penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro. Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado. Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


GEOVANA XAVIER DE SA

Responsável pela comunicação

WELLINGTON ERNANDES RUGGERI
Deleg. do(a) de Polícia


Anuzia Lima de Jesus Santos

Responsável pelo preenchimento

Anuzia Lima de Jesus
Matrícula nº 3625312-0 SSP/SE

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: ROBSON VINHAS

DATA DA ENTRADA: 27/05/2016

DATA DA SAÍDA: 28/05/2016

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA (X) UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, foi admitido no HUSE apresentando fratura do pé esquerdo, sendo submetido a redução cirúrgica. Evoluiu bem, recebendo alta hospitalar dia 28/05/2016.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Dia 27/05/2016 foi submetido a redução imediata com fixação pelo fio K do fratura do pé esquerdo pelo ortopedista Dr. Benone Neto CRM-3834.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Raio X do pé esquerdo.
Raio X da mão esquerda.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Cirurgião geral - Dra Layla Barbosa Barros CRM 4598
ortopedista - Dr. Benone Neto CRM 3834
Dr. Louis Carlos Lopes 1192

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 18 de OUTUBRO de 2016

Drª Cíene Bravo de Oliveira
CRM 940

Cíene Oliveira
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Drª Cíene Bravo de Oliveira
CRM 940

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1359705
CNS:DATA: 27/05/2016
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 17:39

USUARIO: PRSFERREIRA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ROBSON VINHAS

IDADE.....: 36 ANOS

NASC: 10/02/1980

ENDERECO.....:

COMPLEMENTO....:

BAIRRO: SANTA MARIA

MUNICIPIO.....: ARACAJU

UF: SE

DOC....:

SEXO...: MASCULINO

NUMERO:

NOME PAI/MAE...:

/MARIA LUIZA VINHAS GAMA

RESPONSAVEL...: TRAZIDO PELO SAMU

TEL....:

PROCEDENCIA...: SANTA MARIA

ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)

CASO POLICIAL...: NAO

PLANO DE SAUDE.....: NAO

TRAUMA: SIM

ACID. TRABALHO: NAO

VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Paciente trazido pelo SAMU sob protocolo de imobilização devido a queda de moto, não perde consciência, queixa-se de dor no seg. e membros superiores. (A), (B), (C), (D) sem alterações (E) fratura no 4º quadrante seg. e membros superiores.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: Politraumatizado

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

(1) Dipirona 24h e 12h

(2) Paracetamol 1000mg + 1000mg 8 e 20

(3) SAT 5000U IM

(4) Real. de tornozelo E e P, não E e P

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

REALIZADO EM 27/05/16

AS

HORAS

TEC

REALIZADO EM

AS

HORAS

TECNICO EM RADIOLOGIA

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

3

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 134539
Numero do CNS.....: 0000000000000000 705003497563450
Nome.....: ROBSON VINHAS
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 10/02/1980 Idade: 36 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....:
Nome da Mae.....: MARIA LUIZA VINHAS GAMA
Endereco.....: Rua B, nº 53
Bairro.....: SANTA MARIA Cep.: 00000-000
Telefone.....:
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1359705
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Leito.....: 918.0008
Data da Internacao: 27/05/2016
Hora da Internacao: 20:51
Medico Solicitante: 116.335.815-00 - ANTONIO FRANCO CABRAL
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:



Paciente:

Diagnóstico:

Melhor
Fr Lx

Vinhas
Nervulha ©

Data: 27/5/76

PRESCRIÇÃO

1	Dieta Geral	SND			
2					
3	Diurético 1g IV 6/6h	OK 30 16 2			
4					
5	Propofol 100mg IV 12/6h	OK 18			
6	Plavix 10mg IV 8/8h (5h)	SOS			
7					
8	Apizolma 1g IV 8/8h	OK 18			
9					
12	CCG C				
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20	Fr Lx Nervulha ©				
21	Fr 1/1 de 4° e 5° MTT				
22					
23	PO I de restrição alimentar				
24	e fixação do membro				
25					
26					
27					
28					
29					
30					
Hora	PA	Diurese	Glicemias	Temp: Axilar	Assinatura do Técnico e Observações

Dr. Benone Neto
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Coluna
CRM - SE 3534 - TEOT 13629

Dr. Benone Neto
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Coluna
CRM - SE 3534 - TEOT 13629

Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME	Robson J. J. J.			PRONTUÁRIO	134539		
RECEBIDO NA S.O. POR	Robson J. J. J.			DATA	27/05/16	SALA	06
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	<input checked="" type="checkbox"/>	SONOLENTO	<input type="checkbox"/>	AGITADO	<input type="checkbox"/>	COMATOSO
CIRCULANTE	Surgimento			PROCEDÊNCIA			
ENTRADA S.O.	22:00 h	INÍCIO DA ANESTESIA		h	INÍCIO DA CIRURGIA		h
SAÍDA DA S.O.		FIM DA ANESTESIA		h	FIM DA CIRURGIA		h
CIRURGIÃO	Dr. Zeman			1º AUXILIAR			
ANESTESISTA	Dr. Dantas			2º AUXILIAR			
INSTRUMENTADOR	Tatiana			LATERALIDADE	() DIREITA () ESQUERDA () NA		
CIRURGIA PROPOSTA	TT Lúmpio de Injeção de p.p.						
CIRURGIA REALIZADA							

TÉCNICA ANESTÉSICA

GERAL VENOSA	<input type="checkbox"/>	GERAL INALATÓRIA	<input type="checkbox"/>	GERAL COMBINADA	<input type="checkbox"/>	GERAL BALANCEADA	<input checked="" type="checkbox"/>	RAQUIANESTESIA	<input checked="" type="checkbox"/>
PERIDURAL C/ CATETER	<input type="checkbox"/>	PERIDURAL S/ CATETER	<input type="checkbox"/>	SEDAÇÃO	<input type="checkbox"/>	BLOQUEIO DO PLEXO	<input type="checkbox"/>	LOCAL	<input type="checkbox"/>
TUBO ENDOTRAQUEAL () ORAL () NASAL	Nº:		TUBO ARAMADO	Nº:		MÁSCARA LARÍNGEA			

ASSEPSIA

PVPI TÓPICO	<input checked="" type="checkbox"/>	PVPI ALCOÓLICO	<input type="checkbox"/>	PVPI DERGEMANTE	<input checked="" type="checkbox"/>	CLOREXID. ALCOÓLICA	<input type="checkbox"/>	CLOREXID. DEGERMANTE	<input type="checkbox"/>	CLOREXID. AQUOSA	<input type="checkbox"/>
-------------	-------------------------------------	----------------	--------------------------	-----------------	-------------------------------------	---------------------	--------------------------	----------------------	--------------------------	------------------	--------------------------

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

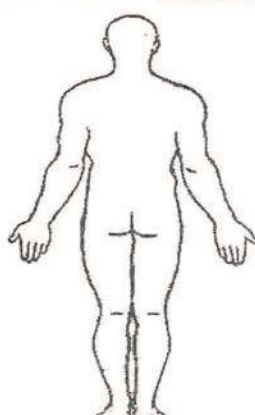
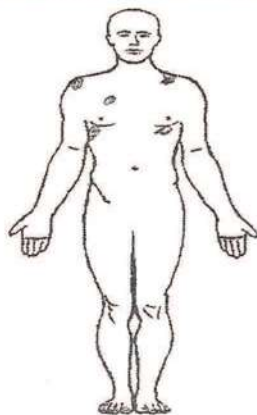
BOMBA DE INFUSÃO	<input type="checkbox"/>	DESFIBRILADOR	<input type="checkbox"/>	MONITOR CEREBRAL (BIS)	<input type="checkbox"/>	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	<input type="checkbox"/>	MANTA TÉRMICA	<input type="checkbox"/>	MICROSCÓPIO	<input type="checkbox"/>
FIBROSCÓPIO	<input type="checkbox"/>	MONITOR CARDÍACO	<input checked="" type="checkbox"/>	PA (NÃO INVASIVA)	<input checked="" type="checkbox"/>	PA (INVASIVA)	<input type="checkbox"/>	OXÍMETRO	<input checked="" type="checkbox"/>	CAPNÓGRAFO	<input type="checkbox"/>
FOCO AUXILIAR	<input checked="" type="checkbox"/>	FONTE DE LUZ	<input type="checkbox"/>	VIDEOLAPAROSCÓPIO	<input type="checkbox"/>	BRONCOSCÓPIO	<input type="checkbox"/>	OUTROS	<input type="checkbox"/>		

COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS

CABEÇA	<input type="checkbox"/>	MSD	<input type="checkbox"/>	MSE	<input type="checkbox"/>	MIE	<input type="checkbox"/>	MID	<input type="checkbox"/>
--------	--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------

BISTURI ELÉTRICO

BIPOLAR	<input type="checkbox"/>	MONOPOLAR	<input type="checkbox"/>
---------	--------------------------	-----------	--------------------------



PLACA BISTURI

LOCAL			
•	ELETRODOS		
†	INCISÃO CIRÚRGICA		
AVP	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
AVC	<input type="checkbox"/>	D	E

COMPRESSAS

GRANDES	
ENTREGUE	DEVOLVIDA
10	
PEQUENAS	
ENTREGUE	DEVOLVIDA

GASOMETRIA: SIM () NÃO (x)

POSIÇÃO DO PACIENTE

<input checked="" type="checkbox"/> DORSAL	<input type="checkbox"/> VENTRAL	<input type="checkbox"/> LAT. ESQ.	<input type="checkbox"/> LAT. DIR.	<input type="checkbox"/> CANIVETE	<input type="checkbox"/> TRENDELEMBURG	<input type="checkbox"/> LITOTOMIA
--	----------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--	------------------------------------

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS
CONSUMO DO HJAF/HUSE

PACIENTE: Robson Vintas RG: DATA: 27/05/10

CIRURGIÃO: Dr. Benemir

CIRURGIA: TT craniotomia de luxação de qd B

ANESTESIOLOGISTA: Dr. Evangelista ANESTESIA: regul CIRCULANTE:

ANTAK	AMP	POMADA SULFA	TB
ADRENALINA	AMP	POMADA COLAGENASE	TB
ATROPINA	AMP	POMADA OFTÁLMICA	TB
ÁGUA DESTILADA	AMP	PLASIL	AMP
AMINOFILINA	AMP	REVIVAN	AMP
BICARBONATO DE SÓDIO	AMP	ROCEFIM	FR
CLORETO DE POTÁSSIO	AMP	SORO RINGER LACTATO	UND
CLORETO DE SÓDIO	AMP	SORO FISIOLÓGICO	UND 121
COLÍRIO	GTS	SORO GLICOFISIOLÓGICO	UND
CEDILANIDE	AMP	SORO GLICOSADO	UND
CLINDAMICINA	AMP	TRASAMIN	AMP
CIPROFLOXACINO	UND	TRAMAL	AMP
DECADRON	AMP	PROFENID	AMP
DIPIRONA	AMP		
DIAZEPAN	AMP		
DIMORF	AMP	ANESTESICOS	
DOLANTINA	AMP	ESMERON	FR
DORMONID	AMP	ETOMIDATO	AMP
EFORTIL	AMP	FENTANIL	FR
EFEDRINA	AMP	ISOFLURANO	ML
FERNEGAN	AMP	PROPOFOL	AMP
FLAGYL	UND	PAVULON	AMP
GARAMICINA	AMP	QUELICIN	FR
GLICOSE	AMP	KETALAR	FR
GLUCONATO DE CÁLCIO	AMP	TRACRIUM	AMP
HEPARINA	UND	MARCAÍNA 0,5% C/V	FR
HIDROCORTIZONA	FR	MARCAÍNA 0,5% S/V	FR
HIPOGLÓS	TB	NEOCAÍNA PESADA	FR
HISOCEL	UND	XILOCAÍNA 1% S/V	FR
KEFLIN	FR	XILOCAÍNA 1% C/V	FR
LASIX	AMP	XILOCAÍNA 2% S/V	FR
MANITOL 20%	UND	XILOCAÍNA 2% C/V	FR
NARCAN	AMP	XILOCAÍNA GELÉIA	TB
NILPERIDOL	AMP	XILOCAÍNA SPRAY	DOS

Dra. Evângela de Sena e Silva *Evângela de Sena*
Anestesiologista
CRM-SE 1112

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Nelson Chaves
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO: Fx Lx Maripular C
CIRURGIA REALIZADA: Redução fechada e fixação por
CIRURGIÃO: Benone

AUXILIARES:

ANESTESIA:

ANESTESISTA:

DIAGNÓSTICO PÓS- OPERATORIO:

☒ CIRURGIA LIMPA () CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
() CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM ☒ NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTANEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

Paciente
Amegria
Redução
percutânea
e logo
fixado
com
tala
A R P A

em DPH por luxação
e alongamento da
intra-articular e fixação
de maripular por
bore redon
genuado novo produto

DATA:

27/5/76

Dr. Benone Neto
Ortopedista e Traumatologista
Cirurgia da Coluna
CRM - RJ 2884 - 1907/1986

Assinatura do Cirurgião



Lactise
consultas e exames

Relatório Médico.

① SR. Roberto Vinhas, 36 anos de idade, pilotava uma moto cicleta em 27/5/2016, quando foi atropelado e conduzido pelo SAMU ao HUSE.

Após exames, foram constatados:

- (a) Fratura lateral do malleolo do pé E CID S92.2
- (b) Escoriações pelo corpo.

Levado ao CC, procedeu-se à redução e fixação com 2 fios de

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lactise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

© Whatsapp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.



Lactise
consultas e exames

Kirschner, além de imobilização com a Tala.

Teve alta hospitalar em 28/05/2016, e os pontos foram retirados por 3m.

Apesar dos procedimentos, ficaram sequelas permanentes abaixo relacionadas:

- (a) Edema residual no pé e tornozelo
- (b) Limitação dos movimentos do tornozelo e ante pé.
- (c) Deformidade em varismo

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lactise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.



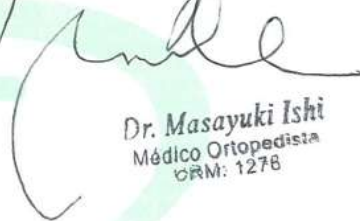
Lactise
consultas e exames

ou redução do ente pé E.

(d) Incapacidade para correr.

Perda funcional do pé E
de 50 %.

Aracaju 17/11/2016


Dr. Masayuki Ishi
Médico Ortopedista
CRM: 1278

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lactise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.



Lacrise
consultas e exames

Robson Viúlos

- Rx do coluna dorsal (20)
- Rx da Coluna Lombo sacro (20)
- Rx do Braço (20)

s/ preparo

08/11/2016

Dr. Masayuki Ishi
Médico Ortopedista
CRM: 1276

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lacrise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160446994 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROBSON VINHAS

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO

SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO
CORREIOS

BENEFICIÁRIO ROBSON VINHAS

CPF/CNPJ: 00180694529

Posição em 20-02-2017 15:45:38

Pedido de indenização cancelado.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

23/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

{Via Movimentação em Lote nº 201900030}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

25/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600597 - Número Único: 0020760-33.2019.8.25.0001

Autor: ROBSON VINHAS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se arépara comparecer à aludida audiência, ficando ciente deque em caso de desinteresse na autocomposição, deveráinformar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, capute inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no **art.334, caput § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 24 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDIVIA, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 25/04/2019, às 10:42:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001000559-81**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

09/05/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 10/06/2019, às 09h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 01.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

09/05/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Considera-se intimado(a) a parte autora através de seu patrono, via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC, da audiência a ser realizada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

09/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta 201940602391

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600597

DATA:

09/05/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201940602391 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



201940602391

PROCESSO: 201940600597 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0020760-33.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: ROBSON VINHAS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho:

Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Data e horário da audiência: 10/06/2019 às 09:45:00, **Local:** CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, CEJUSC, 2º PISO DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA-AV. TANCREDO NEVES S/N. BAIRRO CAPUCHO, ARACAJU/SE. Pauta Conciliação PROCESSUAL 01.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Bruno Correia, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **09/05/2019, às 09:42:56**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001134616-55**.